

CORREIO POLÍTICO

Reprodução/PF



PF ainda tem vários documentos para analisar

Seis celulares de Vorcaro nem começaram a ser analisados

A negativa da Polícia Federal e da Procuradoria Geral da República em homologar a segunda tentativa de delação premiada de Daniel Vorcaro produziu certo alívio no comando da campanha do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro. Uma sensação de que novos fatos relativos ao caso Master não surgiriam e que a crise poderia ser estancada, permitindo agora uma recuperação do terreno perdido. Em conversa com o Correio Político, no entanto, o diretor de Estratégia da Associação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Flávio Werneck, recomenda cautela. "A Polícia Federal recolheu com Vorcaro oito aparelhos de celular", conta Werneck. "Seis deles nem começaram a ser periciados".

Provas ainda são analisadas

Assim, todos os diálogos até agora conhecidos saíram de dois dos oito aparelhos. E já produziram o estrago que se viu. Segundo Werneck, há um volume muito grande de documentos vários que precisam ser analisados, cruzados com outros documentos. Muitos poderão ensejar novas operações policiais, que provavelmente encontrarão ainda outros documentos e provas. Que tendem a manter o caso aceso por um bom tempo.

Reprodução/Redes sociais



Vorcaro pode ter estratégia para ganhar tempo

Avanço além da delação

E que tanto poderão fustigar mais um pouco Flávio Bolsonaro quanto levar a outros personagens dessa incrível trama tecida por Daniel Vorcaro. Talvez nunca se tenha visto uma única pessoa entrar tão profundamente em todos os três poderes, trazendo para perto de si e dos seus interesses políticos tanto de oposição quanto do governo. Como já tinha dito Flávio Werneck ao Correio Político, "a investigação avançou a um ponto que independe do que possa vir de uma delação premiada". O diretor da Fenapef enxerga uma estratégia em Vorcaro.

Parece haver uma estratégia

"A nova delação não foi aceita porque ela é fraca", resume Werneck. "Não traz nenhuma prova nova. O que ele diz, a gente já sabe". Para o diretor da Fenapef, "parece haver um modus operandi em Vorcaro". Uma estratégia, que talvez não seja exatamente para homologar agora ou depois uma delação premiada, mas, sim, para ganhar tempo enquanto pode.

POR
RUDOLFO LAGO

Comprar

"Vorcaro aceitou subir de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões o valor a devolver à União", observa Werneck. "O que parece demonstrar o quanto ele desviou". Para o policial, Vorcaro, com os altos valores, "parece querer comprar a sua delação". Mas não é somente isso o que importa. Ele precisa, de fato, apresentar fatos.

Tempo

Assim, cresce, na avaliação de Werneck, uma sensação de que Vorcaro, na verdade, quer ganhar tempo. Numa estratégia calculada. Enquanto negocia a colaboração, ele vai conseguindo ficar, por enquanto, na Sala de Estado Maior da Polícia Federal. Evita, assim, ser transferido para um presídio comum.

Decisão

O relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, aguarda manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a transferência. Os administradores da Papuda receiam a transferência, temem que Vorcaro, pelo tamanho das suas relações e do dinheiro que movimentou, corra riscos.

Sicário

O caso de Luiz Phillipi Mourão, conhecido como Sicário, que se suicidou numa cela da Polícia Federal, em Belo Horizonte, aumenta os temores. A PF encontrou ainda mensagens da irmã de Sicário, Joana Mourão, ameaçando a família de Vorcaro. "Tenho material suficiente para acabar com a família", disse Joana, na ameaça feita.

Mudança

Enquanto ganha tempo, Vorcaro pode também contar com uma eventual mudança política que viesse a melhorar a sua situação. Se não por uma alternância de poder, pelo menos com uma mudança de ares com a proximidade das eleições que poderia desviar a atenção que hoje se concentra no Master.

Copa

Há uma torcida grande para que o Brasil se recupere do início capenga e vá longe na Copa, aumentando o tempo de desvio de foco. Depois, já terá terminado o primeiro semestre. O Congresso irá cuidar das eleições em seus estados. Quem sabe até lá Daniel Vorcaro tenha ganho o tempo a mais que queria.



Líderes não chegaram a consenso sobre as pautas

Governo recua e destrava Câmara

Retirada urgência do fim da 6x1. Misoginia também adiada

Por Beatriz Matos

A reunião de líderes da Câmara dos Deputados terminou sem consenso nesta terça-feira (16) sobre a votação do projeto que equipara a misoginia ao crime de racismo. Sem acordo entre as bancadas, a análise da proposta foi adiada para a última semana de junho.

O principal ponto de divergência foi uma demanda apresentada por parlamentares ligados a grupos religiosos, que defendem a criação de uma espécie de excluyente de ilicitude para manifestações e condutas realizadas em ambientes de culto.

O impasse ocorreu no mesmo dia em que o governo federal decidiu retirar o regime de urgência do Projeto de Lei 1.838/2026, que trata da redução da jornada de trabalho e busca substituir a escala 6x1 por um modelo 5x2 em categorias específicas. Ou seja, o projeto acaba com a escala em que se trabalha seis dias por semana com apenas um dia de folga. A decisão foi formalizada em ofício enviado ao Congresso Nacional pela Casa Civil.

A expectativa inicial era que o projeto da misoginia avançasse ainda nesta semana. No entanto, as negociações entre os líderes não produziram consenso. A proposta, já aprovada pelo Senado, recebeu uma nova versão na Câmara sob relatoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

O texto busca equiparar a misoginia ao racismo, tornando o crime imprescritível e inafiançável. Também prevê medidas voltadas ao acolhimento de vítimas, fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) e mecanismos de prevenção à violência de gênero.

Apesar de haver convergência sobre a necessidade de endurecer o combate à violência contra as mulheres, a tentativa de incluir salvaguardas para manifestações religiosas acabou travando o acordo político necessário para levar a proposta ao plenário.

A outra movimentação relevante do dia ocorreu nos bastidores da articulação governista. Desde o início da manhã, líderes partidários já davam como certa a retirada da urgência do projeto que trata da jornada de trabalho.

Na prática, a medida elimina o chamado "trancamento de pauta", mecanismo que impede a votação de outras matérias quando um projeto enviado pelo Executivo em regime de urgência ultrapassa determinado prazo sem análise.

Além de liberar a pauta da Câmara, a decisão também reduz a pressão institucional sobre a tramitação da proposta. Caso o regime de urgência fosse mantido e o texto avançasse na Câmara, haveria um efeito indireto sobre a discussão da PEC 6X1 que trata do mesmo tema.